

Não causam estranheza as dificuldades que o Brasil enfrenta com os bancos credores estrangeiros nas opções dos papéis destinados à consolidação da dívida externa. Todos os grandes devedores, como o México e a Argentina, experimentaram os mesmos problemas e tiveram de recorrer à paciência para chegar a um compromisso. O obstáculo para o fechamento do acordo com os bancos encontra-se no Senado e no Fundo Monetário Internacional (FMI).

No "term sheet" aprovado pelo comitê de assessoramento dos bancos credores foram oferecidas às instituições financeiras estrangeiras oito opções para a consolidação da dívida brasileira, permitindo-se ao Brasil recusar as suas propostas, desde que excessivamente concentradas numa ou noutra opção. Aos credores interessava o chamado "Par bond série A", um bônus equivalente ao valor da dívida, com a garantia colateral de títulos da dívida norte-americana (cupon zero). Entretanto, para o Brasil, a opção mais interessante era a do "Discount série A" — emissão de um título com taxa de juros mais alta e não fixa —, realizando-se porém com desconto a conversão da dívida antiga com a nova, e isso com a mesma garantia de títulos norte-americanos.

Neste caso, com a redução da dívida, pode o devedor desembolsar menos divisas para adquirir os títulos a ser dados em garantia.

De fato, na primeira proposta dos bancos, a opção para os títulos "Par bond série A" representava 57,59% do total, tendo tal participação, depois do pedido de revisão, caído para 53,19%, enquanto era de 18,35% a opção para os títulos com desconto.

Ao Planalto agradaria que a

distribuição fosse de 40% para os "Par bonds", estabelecendo-se a mesma proporção para os "discount" e 20% para outras opções. É o que tentará obter numa reunião com o comitê dos bancos. Certamente, não se conseguirão os 40% almejados, devendo o País se inclinar por um compromisso em que haja uma melhoria em relação à proposta atual. Mas as verdadeiras dificuldades são outras. O Senado, ao aprovar o esquema do acordo, reservou-se o direito de recusá-lo se lhe parecesse que as opções não fossem suficientemente equilibradas. Poderá, num clima político pouco favorável ao governo Itamar Franco, recusar o compromisso, que sairá da discussão. Trata-se de uma primeira ameaça à conclusão do acordo. A segunda envolve o fechamento de um acordo com o FMI (revitalização do atual acordo ou assinatura de um novo), que se poderá considerar indispensável para que os bancos credores assinem o contrato de consolidação da dívida. Tudo deverá estar concluído até novembro, pois, caso contrário, seremos forçados a renegociar com os bancos, o que deixará o Brasil na inglória situação de ser, entre os grandes devedores, o único a não ter resolvido ainda o problema da dívida externa.

